

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/PMVA/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 361/PMV/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vale do Anari
Comissão Permanente de Licitações - CPL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO E INSUMOS HOSPITALARES, COM VISTAS À RÁPIDA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE E CONTINUIDADE DAS DEMANDAS ASSISTENCIAIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 65.356,26 (Sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis real, e vinte e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 14/05 / 2026 às 09h00min. (horário de Brasília)

REGIME DE EXECUÇÃO:

MENOR PREÇO POR ITEM.

TIPO DE LICITAÇÃO:

MENOR PREÇO POR ITEM.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

(☒) Sim / (☐) Não

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

(☐) Sim / (☒) Não

EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

(☐) Sim / (☒) Não

LOCAL DA DISPUTA

Site: www.licitanet.com.br

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- **Anexo I** - Termo de Referência;
- **Anexo II** - Modelo de Proposta de Preços;
- **Anexo III** - Minuta do contrato.

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI - RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e Vigilância Sanitária. Com a condução da Comissão Permanente de Licitação – CPL, nomeada pela Portaria nº 3372/GP/2025, torna público que realizará **Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica**, com critério de julgamento de **menor preço global**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso e em seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente dispensa tem por finalidade a viabilização da AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO E INSUMOS HOSPITALARES, COM VISTAS À RÁPIDA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE E CONTINUIDADE DAS DEMANDAS ASSISTENCIAIS, visando garantir continuidade dos atendimentos médicos hospitalares no Pronto Socorro do Hospital Municipal de Pequeno Porte Sebastião Viana Ribeiro

1.2. A aquisição será realizada em item único, visando garantir a padronização dos materiais e facilitar o controle, recebimento e fiscalização pela Administração, não sendo cabível o parcelamento do objeto, por se tratar de aquisição de natureza indivisível e que demanda uniformidade nas especificações.

2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A aquisição visa garantir o adequado abastecimento de materiais de penso destinados às unidades de saúde, assegurando a continuidade da assistência aos pacientes, a realização de curativos e demais procedimentos, contribuindo para a promoção da saúde, prevenção de infecções e melhoria da qualidade do atendimento prestado à população.

2.1. A presente contratação fundamenta-se no [art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021](#), que autoriza a dispensa de licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (valor atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025 para R\$ 65.492,11), no caso de outros serviços e compras. O valor estimado para esta contratação é de **R\$ 65.356,26 (sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis real, e vinte e seis centavos)**.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento de Dispensa Eletrônica as pessoas jurídicas que atuem no ramo de atividade compatível com o objeto desta contratação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Aviso e em seus Anexos, desde que não possuam impedimentos legais para contratar com a Administração Pública.

3.2. Não poderão participar as empresas que se encontrem sob sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou declaração de inidoneidade, assim verificadas mediante consulta aos seguintes cadastros oficiais:

3.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

3.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

3.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

3.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

3.3. A existência de registro impeditivo em qualquer dos cadastros mencionados implicará a inabilitação do fornecedor, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas deverão ser encaminhadas por meio do sistema eletrônico **LICITANET** no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

4.2. Data de abertura para envio das propostas: 11/05/2026.

4.3. Data e horário de Início da sessão: 14/05/2026 às 09h:00min (Horário de Brasília).

4.4. Fase de lances iniciando as 9h (horário de Brasília) terminando as 15h (horário de Brasília)

4.5. O fornecedor deverá declarar, em campo próprio do sistema, a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, bem como o cumprimento dos requisitos de habilitação.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS DE PENSO

5.1. Os materiais de penso a serem adquiridos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas mínimas descritas neste Termo de Referência, bem como às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais legislações sanitárias vigentes.

5.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, embalados individualmente quando aplicável, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA.

5.3. Os materiais deverão possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega, salvo quando tecnicamente justificado.

6. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. A disponibilização da plataforma deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, com a liberação dos acessos aos usuários indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

7. DO VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 65.356,26 (sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis real, e vinte e seis centavos).**

7.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União/Estado/Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

- **Órgão:** 02 - Poder Executivo
- **Unidade:** 02.005 Sec.mun. de saúde
- **Projeto/Atividade:** 10.301.0012 - Assistência a saúde da população - atenção básica
- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.30. – Material de Consumo.
- **Ficha:** 74
- **Ficha:** 13

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, o fornecedor mais bem classificado deverá apresentar os seguintes documentos:

8.1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal;

8.1.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;

8.1.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.4. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.1.5. Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado, conforme o caso;

8.1.6. Documento de identificação dos sócios e/ou representantes legais da empresa;

8.1.7. Certidão de Situação Cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

8.1.8. Declaração de que a empresa não se encontra impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como de que não consta como inidônea ou suspensa, conforme consulta aos seguintes cadastros oficiais:

8.1.8.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

8.1.8.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

8.1.8.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

8.1.9. **Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado**, que comprove(m) aptidão para a prestação de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.

8.2. A constatação de qualquer restrição impeditiva nos cadastros mencionados implicará a inabilitação do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da **data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura**, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, **em conformidade com o Termo de Referência**, anexo a este Aviso.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E SANÇÕES

10.1. As obrigações da Contratada e da Contratante, bem como as sanções administrativas aplicáveis em caso de descumprimento, estão detalhadas no Termo de Referência, anexo a este Aviso.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

11.1.1. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.2. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

11.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo.

11.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

11.3.2. Multa de:

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) no caso de retardamento do início dos serviços, por dia de atraso;
- 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão contratual por ato unilateral da administração, motivado por culpa da contratada;

11.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

11.3.4. Impedimento de licitar e contratar com entes da Federação, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

11.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

11.4.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves;

11.4.2. Multa de:

- 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado para início dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total da obrigação;
- 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado para a conclusão dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total da obrigação;
- 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas alíneas anteriores;
- 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

11.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.4.4. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

11.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.5. As penalidades de multa podem ser aplicadas juntamente com as demais sanções;

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021;

11.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

11.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e também no cadastro de fornecedores do Município;

11.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

12. DAS INFRAÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, pela infração do subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

12.3. A multa compensatória poderá ser aplicada em razão do descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, conforme os percentuais a seguir:

12.3.1. 10% (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato;

12.3.2. 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

12.3.3. 15% (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

12.3.4. 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.3.5. 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução total do contrato;
- b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.4. Aplicar-se-á multa moratória de 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso na execução do serviço, limitada a 15 (quinze) dias. Após esse prazo, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, configurando inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no item 12.3, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

12.5. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

12.6. Na aplicação das sanções, serão considerados:

12.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A participação neste procedimento de dispensa eletrônica implica na plena aceitação, pelos interessados, de todas as condições estabelecidas neste Aviso, em seus anexos e na legislação aplicável.

13.2. É facultado ao **Agente Público** ou à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta ou da habilitação.

13.3. A Administração reserva-se o direito de revogar a presente dispensa por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Agente Público**, observada a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios que regem a Administração Pública.

13.5. As comunicações e notificações aos participantes ocorrerão preferencialmente por meio do sistema eletrônico utilizado para a realização da dispensa ou por outros meios oficiais admitidos.

13.6. Integram o presente Aviso, independentemente de transcrição, todos os seus anexos, constituindo parte integrante e indissociável do procedimento de contratação.

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da **Comarca de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia**, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Aviso de Dispensa Eletrônica e do contrato dele decorrente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vale do Anari-RO, **08 de Maio de 2026.**

NALVA ALVES PONTE PEREIRA
AGENTE PÚBLICO

TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERÊNCIA**01 – INTRODUÇÃO**

1.1 – O presente Termo de Referência foi elaborado à luz da **Lei nº 14.133/2021**, em seu **Artigo 75, inciso II**, associado à utilização do procedimento de Contratação por Dispensa Eletrônica de Licitação, conforme regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 4030/2025**, do mesmo modo alicerçado pelo **Decreto Federal nº 12.807/2025**, como peça integrante e indissociável de um procedimento licitatório, com vistas a viabilizar a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO E INSUMOS HOSPITALARES, COM VISTAS À RÁPIDA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE E CONTINUIDADE DAS DEMANDAS ASSISTENCIAIS** dos atendimentos médicos hospitalares no Pronto Socorro do Hospital Municipal de Pequeno Porte Sebastião Viana Ribeiro.

02 – OBJETO

2.1 – O Processo tem por finalidade a viabilização da **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO E INSUMOS HOSPITALARES, COM VISTAS À RÁPIDA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE E CONTINUIDADE DAS DEMANDAS ASSISTENCIAIS**, visando garantir continuidade dos atendimentos médicos hospitalares no Pronto Socorro do Hospital Municipal de Pequeno Porte Sebastião Viana Ribeiro.

03 – TABELA DE ESPECIFICAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

ITEM	COD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.	7868	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE ADULTO , braçadeira reutilizável, tecido antialérgico, resistente, flexível e lavável, medidas 18x35 cm, manômetro, fecho em velcro, pera e válvula com precisão no enchimento, bolsa de ar confeccionada em borracha sintética, de alta resistência e durabilidade, com bolsa para acondicionamento.	UNIDADE	04	81,84	327,36
2.	7870	APARELHO MEDIDOR DE PRESSÃO COM BRAÇADEIRA GRANDE PARA OBESO , características do aparelho, totalmente automático elétrico, 120 memórias, tripla zona de memória (Permite armazenar resultados independentes para 3 pessoas), indicação de arritmia cardíaca, gráfico indicador de nível de hipertensão, acompanha estojo para guardar. Conteúdo da embalagem: - 01 Aparelho Digital de Pressão Digital - 01 Braçadeira de Braço - 01 Manual de Instruções em português - 01 Fonte	UNIDADE	02	193,80	387,60

		para carregamento elétrico - 01 Estojo de Acrílico - 01 Caixa Original do Produto.				
3.	7871	APARELHO MEDIDOR DE PRESSÃO COM BRAÇADEIRA PARA ADULTO , características do aparelho, totalmente automático elétrico, 120 memórias, tripla zona de memória (Permite armazenar resultados independentes para 3 pessoas), indicação de arritmia cardíaca, gráfico indicador de nível de hipertensão, acompanha estojo para guardar. Conteúdo da embalagem: - 01 Aparelho Digital de Pressão Digital - 01 Braçadeira de Braço - 01 Manual de Instruções em português - 01 Fonte para carregamento elétrico - 01 Estojo de Acrílico - 01 Caixa Original do Produto.	UNIDADE	03	188,00	564,00
4.	7874	ATADURA DE CREPOM 20 CM	UNIDADE	2.000	1,05	2.100,00
5.	7877	ATADURA DE CREPOM 10 CM	UNIDADE	2.000	0,69	1.380,00
6.	7879	ATADURA GESSADA 20 CM	UNIDADE	200	7,47	1.494,00
7.	7881	AGULHA DESCARTÁVEL 40x12 (CAIXA COM 100 UND) , material aço inox siliconado, tipo ponta bisel, curto trifacetado tipo conexão conector em plástico luer, característica adicionais protetor plástico, uso estéril descartável tipo embalagem individual.	CAIXA	100	13,68	1.368,00
8.	7882	AGULHA DESCARTÁVEL 30x0,8 (CAIXA COM 100 UND) material aço inox siliconado, tipo ponta bisel, curto trifacetado tipo conexão conector em plástico luer, característica adicionais protetor plástico, uso estéril descartável tipo embalagem individual.	CAIXA	100	11,69	1.169,00
9.	7891	COMPRESSA GAZE (PACOTE COM 500 UNIDADES) - Tecido 100% algodão, 13 fios cm2, cor branca, isenta de impurezas, 8 camadas, 7,5x7,5cm, 5 dobras, descartável.	PACOTE	350	28,19	9.866,50
10.	7892	CATETER INTRAVENOSO 16G (CAIXA COM 100 UND) , intravascular, periférico, jelco teflon, envelope com 1un, estéril, ocido de etileno, uso único.	CAIXA	05	115,34	576,70
11.	7893	CATETER INTRAVENOSO 18G (CAIXA COM 100 UND) , intravascular, periférico, jelco teflon, envelope com 1un, estéril, ocido de etileno, uso único.	CAIXA	15	119,60	1.794,00
12.	7894	CATETER INTRAVENOSO 20G (CAIXA COM 100 UND) , intravascular, periférico, jelco teflon, envelope com 1un, estéril, ocido de etileno, uso único.	CAIXA	25	138,98	3.474,50
13.	7895	CATETER INTRAVENOSO 22G (CAIXA COM 100 UND) , intravascular, periférico, jelco teflon, envelope com 1un, estéril, ocido de etileno, uso único.	CAIXA	30	152,20	4.566,00
14.	7896	CATETER INTRAVENOSO 24G (CAIXA COM 100 UND) , intravascular, periférico, jelco teflon, envelope com 1un, estéril, ocido de etileno, uso	CAIXA	40	153,80	6.152,00

		único.				
15.	7903	CATETER NASAL DESCARTAVEL – ADULTO , para oxigênio, tipo óculos, com 02 orifícios próximos, que ao ser instalado deverão ficar próximos as narinas, com fixação sobre as orelhas como óculos, descartável, estéril, atóxico, em polivinil atóxico, flexível e transparente, embalagem individual.	UNIDADE	40	1,68	67,20
16.	7922	BISTURI COM CABO PLÁSTICO DESCARTAVEL Nº 24 (CAIXA COM 50 UNIDADES)	CAIXA	20	176,17	3.523,40
17.	7931	EQUIPO MICRO GOTAS (PACOTE COM 25 UNIDADES) , - Estéril- Ponta perfurante com entrada de ar e filtro hidrofóbico. - Câmara gotejadora flexível. - Filtro de partículas de 15 - Tubo flexível de 150 cm. - Injetor lateral em "Y" auto-cicatrizante; - Regulador de fluxo. - Conector Luer Slip.	PACOTE	05	75,17	375,85
18.	7932	EQUIPO MACRO GOTAS (PACOTE COM 25 UNIDADES) - Conector macho (Slip) com tampa protetora. - Material: Polietileno, polipropileno e Acrilonitrila-Butadieno Estireno (ABS). - Estéril. - Ponta perfurante com tampa protetora. - Tubo flexível de PVC de 150cm. - Abertura para ventilação de ar com filtro (membrana hidrófoba e bacteriológica). - Injetor lateral tipo Y com membrana auto cicatrizante. - Pinça rolete reguladora de fluxo. – Câmara gotejadora flexível com filtro de partículas antibacteriano.	PACOTE	50	59,58	2.979,00
19.	7933	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10x4,5cm , tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo, branco a base de borracha natural e resina.	UNIDADE	130	11,78	1.531,40
20.	7941	FITA ADESIVA CIRURGICA MICROPOROSA , 10 cm x 10 m.	UNIDADE	40	13,30	532,00
21.	7951	LÂMINA DE BISTURI Nº 23 (CAIXA COM 100 UNID) , aço inoxidável, descartável, estéril, embalada individualmente.	CAIXA	25	38,74	968,50
22.	7966	LANCETA DE SANGUE DE SEGURANÇA DESCARTAVEL (CAIXA COM 100 UNIDADES) 0,36 mm x 1,8 mm.	CAIXA	50	13,52	676,00
23.	7968	MULTIVIAS , dispositivo para administração simultânea de medicamentos/soluções.	UNIDADE	70	1,06	74,20
24.	7969	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL (CAIXA COM 50 UNIDADES) , com elástico nas laterais para fixação, clipe para ponte nasal embutido, estrutura em 3 camadas.	CAIXA	20	12,46	249,20
25.	7970	OXIMÉTRO DIGITAL DE DEDO , acomoda uma variedade de tamanhos de dedo de criança e adulto, leitura rápida e precisas, com display grande de LED e faixa de medição entre 0 a 100% de saturação de oxigênio.	UNIDADE	10	68,53	685,30
26.	7972	PAPEL GRAU CIRURGICO EM ROLO DE 10 cm x 100 m , produzido em papel grau cirúrgico e filme	ROLO	04	55,95	223,80

		laminado (poliéster/polipropileno) uso hospitalar, indicado para esterilização em autoclaves.				
27.	7973	PAPEL GRAU CIRURGICO EM ROLO DE 30 cm x 100 m , produzido em papel grau cirúrgico e filme laminado (poliéster/polipropileno) uso hospitalar, indicado para esterilização em autoclaves.	ROLO	02	171,92	343,84
28.	7995	SERINGA 3 ML , descartável, estéril, c/ agulha 25x 0,7 mm , bico central simples ou Luer Lock, êmbolo c/ rolha borracha, impressão legível e permanente, graduação máxima 0,2 em 0,2 ml numerada, bisel trifacetado, protetor plástico.	UNIDADE	1.000	0,38	380,00
29.	7996	SERINGA 5 ML , descartável, estéril, c/ agulha 25x 0,7 mm , bico central simples ou Luer Lock, êmbolo c/ rolha borracha, impressão legível e permanente, graduação máxima 0,2 em 0,2 ml numerada, bisel trifacetado, protetor plástico.	UNIDADE	5.500	0,45	2.475,00
30.	7997	SERINGA 10 ML , descartável, estéril, c/ agulha 25x 0,7 mm , bico central simples ou Luer Lock, êmbolo c/ rolha borracha, impressão legível e permanente, graduação máxima 0,2 em 0,2 ml numerada, bisel trifacetado, protetor plástico.	UNIDADE	5.000	0,54	2.700,00
31.	7998	SERINGA 20 ML , descartável, estéril, c/ agulha 25x 0,7 mm , bico central simples ou Luer Lock, êmbolo c/ rolha borracha, impressão legível e permanente, graduação máxima 1 em 1 ml numerada, bisel trifacetado, protetor plástico.	UNIDADE	1.000	0,62	620,00
32.	8008	SONDA URETRAL CALIBRE 12 , trato urinário, estéril, descartável, embalagem individual, material PVC, conector padrão c/ tampa, comprimento de 40cm, tipo ponta distal cilíndrica fechada, componentes c/ orifícios laterais.	UNIDADE	4.000	0,90	3.600,00
33.	8013	SONDA TIPO FOLEY ESTÉRIL Nº 16	UNIDADE	15	3,62	54,30
34.	8014	SONDA TIPO FOLEY ESTÉRIL Nº 18	UNIDADE	15	4,09	61,35
35.	8015	SONDA TIPO FOLEY ESTÉRIL Nº 20	UNIDADE	15	3,50	52,50
36.	8016	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM CUFF Nº 3,0 , estéril, com balão de PVC transparente, tubo com curvatura anatômica, translúcido, radiopaco, embalado.	UNIDADE	15	3,96	59,40
37.	8017	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM CUFF Nº 4,0 , estéril, com balão de PVC transparente, tubo com curvatura anatômica, translúcido, radiopaco, embalado.	UNIDADE	10	5,05	50,50
38.	8018	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM CUFF Nº 4,5 , estéril, com balão de PVC transparente, tubo com curvatura anatômica, translúcido, radiopaco, embalado.	UNIDADE	10	5,46	54,60
39.	8019	SONDA ENDOTRAQUEAL SEM CUFF Nº 7,0 , estéril, com balão de PVC transparente, tubo com curvatura anatômica, translúcido, radiopaco,	UNIDADE	10	4,92	49,20

		embalado.				
40.	8020	SONDA ENDOTRAQUEAL COM CUFF Nº 5,0 , estéril, com balão de PVC transparente, tubo com curvatura anatômica, translucido, radiopaco, embalado.	UNIDADE	10	5,48	54,80
41.	8021	SONDA ENDOTRAQUEAL COM CUFF Nº 5,5 , estéril, com balão de PVC transparente, tubo com curvatura anatômica, translucido, radiopaco, embalado.	UNIDADE	10	5,59	55,90
42.	8022	SONDA ENDOTRAQUEAL COM CUFF Nº 6,5 , estéril, com balão de PVC transparente, tubo com curvatura anatômica, translucido, radiopaco, embalado.	UNIDADE	10	5,86	58,60
43.	8023	SONDA ENDOTRAQUEAL COM CUFF Nº 7,5 , estéril, com balão de PVC transparente, tubo com curvatura anatômica, translucido, radiopaco, embalado.	UNIDADE	10	5,89	58,90
44.	8024	SONDA ENDOTRAQUEAL COM CUFF Nº 8,0 , estéril, com balão de PVC transparente, tubo com curvatura anatômica, translucido, radiopaco, embalado.	UNIDADE	10	6,89	68,90
45.	8029	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 12 , para realização de administração de medicamentos e alimentação dentro do trato gastrointestinal, confeccionada em PVC, comprimento de 110 cm cada unidade, transparente, flexível, atóxico esterilizado por óxido de etileno, embalado em P.G.C.	UNIDADE	10	2,25	22,50
46.	8030	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 16 , para realização de administração de medicamentos e alimentação dentro do trato gastrointestinal, confeccionada em PVC, comprimento de 110 cm cada unidade, transparente, flexível, atóxico esterilizado por óxido de etileno, embalado em P.G.C.	UNIDADE	10	1,82	18,20
47.	8031	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 18 , para realização de administração de medicamentos e alimentação dentro do trato gastrointestinal, confeccionada em PVC, comprimento de 110 cm cada unidade, transparente, flexível, atóxico esterilizado por óxido de etileno, embalado em P.G.C.	UNIDADE	10	2,01	20,10
48.	8032	SONDA NASOENTERAL Nº 12, TAMANHO 12X19 CM, ESTÉRIL, POSSUI OGIVA DISTAL DE TUNGSTÊNIO E FIO GUIA , confeccionada em poliuretano e silicone, flexível, maleável e durável.	UNIDADE	10	13,09	130,90
49.	8033	TOUCA SANFONADA (CAIXA COM 100 UNIDADES) , material com elástico descartável cor branca.	CAIXA	20	11,78	235,60
50.	8034	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL DE TESTA SEM CONTATO . POSSUI: Alarme de febre, visor, display que muda de cor de acordo com a temperatura indicada.	UNIDADE	07	90,08	630,56

		PROPORCIONA: fácil leitura, mede temperatura sem precisar contato com a pele, o que garante fácil manuseio e mais higiene, medição de temperatura corpórea, ambientes e superfícies, além de infravermelho, com medição instantânea.				
51.	8086	MÁSCARA LARÍNGEA EM SILICONE ESTÉRIL DESCARTÁVEL: Tamanho: n.º 01 Indicação: RN a Lactentes até 5 kg	UNIDADE	10	87,76	877,60
52.	8088	MÁSCARA LARÍNGEA EM SILICONE ESTÉRIL DESCARTÁVEL: Tamanho: n.º 2,0 Indicação: Lactentes de 10kg até pré-escolares de 20kg.	UNIDADE	10	87,76	877,60
53.	8089	MÁSCARA LARÍNGEA EM SILICONE ESTÉRIL DESCARTÁVEL: Tamanho: n.º 2,5 Indicação: Crianças de 20 a 30kg.	UNIDADE	10	87,76	877,60
54.	8091	MÁSCARA LARÍNGEA EM SILICONE ESTÉRIL DESCARTÁVEL: Tamanho: n.º 3,0 Indicação: crianças / adolescentes de 30 a 50 Kg	UNIDADE	10	87,76	877,60
55.	8092	MÁSCARA LARÍNGEA EM SILICONE ESTÉRIL DESCARTÁVEL: Tamanho: n.º 4,0 Indicação: adultos de 50 a 70 Kg	UNIDADE	10	87,76	877,60
56.	8093	MÁSCARA LARÍNGEA EM SILICONE ESTÉRIL DESCARTÁVEL: Tamanho: n.º 5,0 Indicação: adultos acima de 70 Kg	UNIDADE	10	87,76	877,60
57.	10925	KIT COMPLETO MEDIDOR DE GLICOSE ON CALL PLUS , contendo: Medidor, carregador e lancetador), produto deve conter manual, etiqueta com dados do fabricante e garantia mínima de 24 meses.	Kit	06	60,00	360,00
58.	10926	FITA PARA GLICEMIA, COMPATÍVEL COM MEDIDOR ON CALL PLUS, frasco com 50 unidades , produto deve conter manual, etiqueta com dados do fabricante, e prazo de validade de no mínimo 12 meses.	Frasco	30	25,65	769,50
VALOR TOTAL						R\$ 65.356,26

04 – JUSTIFICATIVA

4.1 – A presente justificativa tem por finalidade embasar a contratação para aquisição de material penso e insumos hospitalares, destinados ao atendimento das demandas do Pronto Socorro, com necessidade de atendimento célere. Tais insumos integram o rol de materiais críticos indispensáveis à assistência direta ao paciente em ambiente de pronto atendimento. A manutenção de estoque regular de materiais médico-hospitalares é condição essencial

para o funcionamento ininterrupto do Pronto Socorro, unidade que opera sob regime de demanda espontânea e atendimento contínuo (24 horas).

Os itens listados são classificados como insumos estratégicos de uso imediato, diretamente relacionados a procedimentos de: suporte básico e avançado à vida, monitoramento de sinais vitais, administração de medicamentos, controle de hemorragias e curativos, procedimentos invasivos e minimamente invasivos, controle glicêmico e acompanhamento clínico. A ausência ou insuficiência desses materiais compromete gravemente a segurança do paciente, aumentando o risco de eventos adversos, limitando intervenções clínicas, bem como a capacidade operacional da equipe de saúde, impedindo a execução de protocolos assistenciais.

Destaca-se que itens como seringas, agulhas, cateteres, equipos e sondas são imprescindíveis para acesso venoso, administração de medicamentos e suporte hemodinâmico; já os oxímetros, termômetros e aparelhos de pressão arterial são fundamentais para monitoramento clínico contínuo; enquanto gazes, ataduras e esparadrapos são indispensáveis para curativos e controle de infecções. Dessa forma, o reabastecimento célere se justifica como medida indispensável à manutenção da vida e à redução de riscos clínicos, especialmente em unidades de pronto atendimento.

Cumprе esclarecer que a SEMUSA já instaurou o Processo Adm. nº 321/SEMUSA/26, o qual tramita paralelamente ao presente Processo nº 361/SEMUSA/26. O Processo nº 321/SEMUSA/26 contempla 249 itens, com abrangência total da farmácia básica e hospitalar, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com vigência estimada de 12 meses.

Por sua vez, o presente Processo nº 361/SEMUSA/26 contempla 58 itens, refere-se exclusivamente a insumos essenciais e de uso imediato no Pronto Socorro, possuindo caráter transitório e de pronta execução, visando evitar desabastecimento crítico até a conclusão do processo licitatório principal.

Muito embora o processo licitatório regular esteja em andamento, a modalidade de pregão eletrônico para Registro de Preços possui trâmite mais prolongado, em razão de etapas obrigatórias, tais como: publicação de edital e prazos legais, fase competitiva e julgamento de propostas, análise de habilitação, interposição de recursos, homologação, assinatura das Atas de Registro de Preços, e eventuais formalizações de contratos ou ordens de fornecimento.

Esse fluxo processual, embora necessário para garantir a ampla competitividade e a legalidade, não atende à necessidade de pronta reposição da demanda atual, diante do risco concreto de desabastecimento. A Administração Pública não pode, sob nenhuma hipótese, permitir a interrupção dos serviços de saúde, sobretudo em unidade de pronto atendimento.

Dessa forma, a presente contratação direta se apresenta como medida excepcional, necessária e proporcional, destinada a garantir a continuidade dos serviços até a conclusão do processo licitatório definitivo. A contratação encontra respaldo na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em seu Art. 75, inciso II associado ao Decreto Municipal n.º 4030/GP/2025 em seu inciso IV do Art. 2º.

05 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além daquelas exigidas em lei e no edital, a empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório, deverá:

5.1 - Fornecer todos os materiais de rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e demais documentos do processo licitatório.

5.2 - Garantir que todos os produtos entregues sejam novos, de primeiro uso, não reprocessados e em perfeitas condições de utilização.

5.3 - Assegurar que os materiais possuam registro válido na ANVISA e estejam em conformidade com as normas sanitárias e técnicas aplicáveis.

5.4 - Entregar os produtos devidamente embalados, identificados e lacrados, contendo em suas embalagens as informações obrigatórias: nome do produto, fabricante, número de lote, data de fabricação e validade.

5.5 – Responsabilizar-se integralmente pela substituição imediata de qualquer produto entregue com defeito, danificado, fora do prazo de validade, com embalagem violada ou em desacordo com as especificações.

5.6 - Garantir que o transporte e o acondicionamento dos produtos sejam realizados em condições adequadas de higiene, temperatura e segurança, conforme as exigências técnicas de cada item.

5.7 - Responsabilizar-se pelos custos de transporte, seguro, carga, descarga e demais encargos necessários à perfeita execução da entrega.

5.8 - Fornecer, sempre que solicitado, amostras dos materiais para verificação da conformidade técnica e avaliação de qualidade pela equipe responsável.

5.9 - Substituir de imediato qualquer item que venha a ser reprovado em inspeção técnica ou apresentar divergências em relação ao padrão contratado.

5.10 - Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica e fiscal exigidas no processo licitatório.

5.11 - Comunicar previamente à contratante qualquer alteração na linha de produção, composição ou fornecedor de matéria-prima que possa afetar a qualidade dos materiais.

5.12 - Disponibilizar atendimento técnico e suporte administrativo para esclarecimento de dúvidas, acompanhamento de entregas e solução de eventuais problemas.

5.13 - Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

5.14 - Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais decorrentes de falhas, vícios ou inadequações dos produtos fornecidos.

5.15 - Manter controle interno de qualidade, com procedimentos de rastreabilidade que permitam identificar a origem, lote e destino de cada produto entregue.

5.16 - Apresentar, sempre que solicitado, certificados de conformidade, laudos técnicos e relatórios de controle de qualidade emitidos pelo fabricante ou órgão competente.

5.17 - Cumprir integralmente todas as normas de biossegurança, boas práticas de fabricação e transporte de materiais hospitalares, bem como as legislações municipal, estadual e federal aplicáveis.

5.18 – Pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre materiais ora vendidos.

5.19 – Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto desta licitação.

5.20 – Os materiais deverão ser fornecidos de integral conforme a Nota de Empenho, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde de Vale do Anari-RO.

5.21 – A Contratada deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referente às entregas dos materiais, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao edital.

5.22 – Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação.

5.23 – Comunicar a requisitante, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no contrato social durante o período que abrange prazo total da entrega dos materiais, bem como apresentar documentos comprobatórios.

5.24 – Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte dos servidores da requisitante encarregados de acompanhar o recebimento do equipamento, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo as reclamações formuladas com resposta via ofício em papel timbrado da empresa, devidamente carimbado e assinado pelo representante da mesma.

5.25 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

06 – DEVERES DA CONTRANTE

O órgão requisitante tem como obrigação:

6.1 – Efetuar a fiscalização e o acompanhamento da entrega dos materiais.

6.2 – Efetuar o pagamento à(s) empresa(s) detentora(s) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste termo de referência e no edital.

6.3 – Comunicar à(s) empresa(s) fornecedora(s), todas e quaisquer ocorrências relacionadas com os materiais ofertados.

6.4 – Efetuar o pagamento para a(s) empresa(s) detentora(s), somente após a entrega dos materiais, nota fiscal atestada no verso pelos membros da Comissão de fiscalização, recebimento e certificação de materiais e serviços da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, responsável pelo recebimento dos materiais e após a análise e parecer da controladoria geral, conforme programação financeira e cronograma de desembolso financeiro.

6.5 – Rejeitar no todo ou em parte, os materiais que a(s) empresa(s) fornecedora(s) entregar(em) fora das especificações deste termo de referência e no edital.

6.6 – Designar os membros da Comissão de fiscalização, recebimento e certificação de materiais e serviços da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária para acompanhar o recebimento dos materiais, conforme as devidas especificações descritas no termo de referencia e no edital.

6.7 – Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos itens, objeto da aquisição; Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no edital e nota de empenho; Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato a ser executado.

6.8 – Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrado quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

6.9 – Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;

6.10 – A Contratante poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da Contratada que ensejaram sua contratação, embora, deva esta manter estas condições durante a execução do contrato;

6.11 – Aplicar à Contratada as penalidades previstas no Termo de Referência e na legislação pertinente, quando for o caso.

07 – DO PRAZO DE VALIDADE E GARANTIA DOS MATERIAIS

7.1 – O prazo de validade dos materiais entregues **não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses**, contados da data de entrega do mesmo, salvo nos casos em que o mercado não disponibilize prazo maior, mediante justificativa aceita pela contratante.

08 – DO LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1 – Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Hospital Municipal, situado na Avenida Presidente Dutra, nº 4691, Bairro Centro, Município de Vale do Anari/RO, CEP. 76.867-000, acompanhados da Nota Fiscal e cópia da Nota de empenho.

8.2 - Os materiais deverão ser entregues dentro do horário de expediente das **07:30 às 13:30h**, sendo vedada a tentativa de entrega dos materiais fora do horário supramencionado.

09 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1 – Os itens serão recebidos provisoriamente, no prazo estipulado no **item 10.1**, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos responsáveis pelo recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2 – Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos obedecendo os mesmos prazos estabelecidos no **item 10.1**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3 – O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, que deverá ser de até 10 (dez) dias após o atesto do recebimento provisório.

9.4 – O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, que deverá ser de até 10 (dez) dias.

9.5 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6 – O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Prazo de Execução

10.1 – O fornecimento/entrega dos materiais adquiridos deverá ser efetuado **no prazo máximo de 10 (dez) dias** uteis a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

Fiscalização

10.2 – A fiscalização do recebimento dos materiais adquiridos ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do Art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega destes, e de tudo dar ciência à Administração.

10.3 – A Comissão de Recebimento ou Fiscal do Contrato procederá à avaliação das especificações dos produtos encaminhados pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo

de Referência.

10.4 – A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no Art. 120 da Lei 14.133/2021.

11 – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

11.1 – O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, caso haja entendimento da Administração com fundamento no Art. 95, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em virtude de se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

11.2 – A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

11.3 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Da assinatura do contrato

11.5 – A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

11.6 – As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

11.7 – Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

Da fiscalização do contrato

11.8 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 117, caput).

11.9 – O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores

resultados para a Administração.

11.10 – O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 117, §1º).

11.11 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.12 – O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.13 – A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E SUA PRORROGAÇÃO

1.1. **12.1** – O prazo de vigência da referida contratação será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da assinatura do mesmo, na forma do Artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado havendo interesse de ambas as partes na forma da mesma Lei.

12.2 – Caso haja entendimento por parte da administração o Contrato poderá substituído pela Nota de Empenho conforme previsto no inciso II do Art. 95 da Lei 14.133/21, que diz:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II – compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no Art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

13 – DOS REQUISITOS BÁSICOS DA CONTRATAÇÃO

Exigências técnicas

13.1 – Os materiais fornecidos pela Contratada deverão ser de primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação esta perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando à substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

13.2 – Os materiais deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

Exigências da Habilitação

13.3 – Poderão participar da licitação os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes no Edital e seus Anexos e estiverem habilitados para participação da mesma, **desde que:**

- I** – Desempenhe atividades pertinentes e compatíveis com o objeto ora pretendido;
- II** – Atenda aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos do Edital.

13.4 – O não cumprimento dos prazos estabelecidos no edital e anexos poderá acarretar desclassificação da empresa.

14 – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 – Não é admitida em hipótese alguma a subcontratação do objeto contratual.

15 – DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

15.1 – Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente.

16 – DAS SANÇÕES OU PENALIDADES

16.1 – Fica sob a responsabilidade de a empresa vencedora entregar os materiais conforme as especificações contidas neste termo de referencia e no edital, tudo dentro do prazo hábil, estabelecidos em lei e descritos e/ou solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, o não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e prazos estabelecidos sujeitará a empresa vencedora às penalidades constantes no Art. 156 ao 163 da Lei Federal nº 14.133/21, assegurados os constitucionalíssimos do contraditório e da ampla defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades, além das demais previstas em norma pública (da qual não se pode alegar desconhecimento) e acarretará as seguintes sanções:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda

desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do **caput** do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 02 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II – pagamento da multa;

III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17 – DA LIQUIDAÇÃO

17.1 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

17.2 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.3 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança

equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

17.4 – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

17.5 – A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

17.6 – Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

17.7 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.8 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

17.9 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 – Atendendo aos requisitos exigidos em lei e no edital, a(s) empresa(s) vencedoras do certame licitatório, estará (ão) habilitada(s) para pagamento após:

I – Efetuar a entrega total dos materiais ora solicitados de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste termo de referencia e no edital.

II – Apresentar a Nota Fiscal Danfe – Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica, devidamente emitida com a numeração interna da(s) empresa(s), com data de emissão impressa no corpo da mesma.

III – Confecção da C.I. pela SEMUSA, devidamente assinada e carimbada pelo gestor da pasta.

IV – Apresentar a Nota Fiscal Danfe – Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica, devidamente atestada pela comissão de fiscalização, recebimento e certificação de materiais e serviços da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.

V – Apresentar juntamente com a Nota Fiscal Danfe – Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica:

- a)** Cópia do empenho.
- b)** Certidão negativa Municipal ou positiva com efeito de negativa.
- c)** Certidão negativa Estadual ou positiva com efeito de negativa
- d)** Certidão negativa de débitos previdenciários e certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da união ou positiva com efeito de negativa.
- e)** Certificado de regularidade do FGTS – CRF.
- f)** Certidão negativa trabalhista ou positiva com efeito de negativa.
- g)** Certidão de falência e concordata.

18.2 – As certidões acima mencionadas devem estar com validade dentro do período de entrega e de pagamento.

18.3 – Após a análise e juntada de todos os documentos acima dentro neste preâmbulo, a controladoria geral da Prefeitura Municipal de Vale do Anari, emitirá parecer para pagamento, conforme a programação financeira e o cronograma de desembolso da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

18.4 – O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da NF-e por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em

conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

18.5 – O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** uteis, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da ordem de fornecimento.

18.6 – A NF-e deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais/serviços e valores conforme o empenho.

18.7 – A NF-e de serviço e material de consumo deverá ser expedida separadamente uma da outra.

18.8 – Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

18.9 – O pagamento somente será efetuado se houver o aceite-certificação da Comissão de Recebimento na no verso da NF-e. Se a Nota Fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

18.10 – Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

18.11 – Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

18.12 – A NF-e deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

18.13 – No dever de pagamento pela Administração conforme Art. 141 da Lei 14.133/21, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:

I – Fornecimento de bens;

II – Locações;

III – Prestação de serviços;

IV – Realização de obras.

18.14 – O § 1º do Art. 141 da Lei 14.133/21 diz que a ordem cronológica referida no **caput** deste artigo poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I – grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II – pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III – pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV – pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V – pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

18.15 – Será observado o que diz o § 2º do Art. 141 da Lei 14.133/21 sobre a inobservância imotivada da ordem cronológica referida no **caput** deste artigo ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

18.16 – Observar-se-á também a redação do § 3º da mesma Lei que diz que o órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

18.17 – Os demais Art.(s) que seguem também será regra básica a ser observada no que diz respeito ao pagamento à CONTRATADA:

Art. 142. Disposição expressa no edital ou no contrato poderá prever pagamento em conta vinculada ou pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 143. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

Art. 144. Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderão ser estabelecidos remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.

§ 1º O pagamento poderá ser ajustado em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa, quando o objeto do contrato visar à implantação de processo de racionalização, hipótese em que as despesas correrão à conta dos mesmos créditos orçamentários, na forma de regulamentação específica.

§ 2º A utilização de remuneração variável será motivada e respeitará o limite orçamentário fixado pela Administração para a contratação.

Art. 145. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

§ 1º A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

§ 2º A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

§ 3º Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

Art. 146. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no Art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

19 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO SUGERIDA

19.1 – Por se tratar de aquisição de bem comum e com base **Lei nº 14.133/2021**, em seu **Artigo 75, inciso II**, associado **Decreto Municipal nº 4.030/2025, no seu Art. 8º**, do mesmo modo alicerçado pelo **Decreto Federal nº 12.807/2025**, sugerimos **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**, visto que os materiais serão adquiridos na sua totalidade, o valor da aquisição é inferior ao estabelecido no Inciso supracitado da Lei 14.133/21.

20 – DA JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA/FACULTATIVIDADE DO ETP

20.1 - A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), instrumento integrante da fase preparatória das contratações públicas, tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação e identificar a solução mais adequada para atendimento ao interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Entretanto, a própria legislação admite a flexibilização de tal exigência em hipóteses específicas. Nos termos do art. 75, inciso II, da referida Lei, é possível a contratação direta por dispensa de licitação em razão do baixo valor, desde que observados os limites legais e demais requisitos aplicáveis. No âmbito municipal, o Decreto Municipal nº 4.030/2025, em seu Art. 3º, § 2º estabelece expressamente que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar é facultada nas hipóteses previstas no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, reforçando a possibilidade de simplificação da fase preparatória em contratações de menor complexidade e vulto econômico reduzido. No caso em análise, a contratação enquadra-se nas hipóteses legais de dispensa de licitação por valor, não apresentando complexidade técnica relevante, tampouco necessidade de estudos aprofundados para definição da solução, uma vez que o objeto é comum, amplamente disponível no mercado e devidamente caracterizado no Termo de Referência. Ademais, a instrução processual contempla os elementos essenciais exigidos pela legislação, tais como a justificativa da necessidade da contratação, a definição do objeto, a estimativa de preços, assegurando o atendimento aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e motivação. Dessa forma, considerando o enquadramento legal da contratação, a baixa complexidade do objeto e a previsão normativa expressa em âmbito municipal, resta devidamente justificada a facultatividade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), sem prejuízo à regularidade, transparência e eficiência do processo administrativo.

21 – METODOLOGIA UTILIZADA PARA PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

21.1 - Em atendimento às disposições legais aplicáveis às contratações públicas, especialmente ao que preceitua a Lei nº 14.133/2021, notadamente em seu **Art. 23**, que estabelece a necessidade de que a estimativa do valor da contratação seja compatível com os preços praticados no mercado, a Administração Pública procedeu à realização de ampla e criteriosa pesquisa de preços, com vistas à instrução do processo licitatório para compra por dispensa de licitação eletrônica, destinado a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO E INSUMOS HOSPITALARES, COM VISTAS À RÁPIDA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE E CONTINUIDADE DAS DEMANDAS ASSISTENCIAIS.** O referido dispositivo legal determina que a formação do preço estimado deve observar parâmetros diversificados, incluindo consulta a **bases de dados públicas, contratações similares e pesquisa direta com fornecedores**, garantindo, assim, maior fidedignidade e aderência à realidade mercadológica. Nesse contexto, a Administração adotou metodologia ampla, pautada nos princípios da **economicidade, eficiência, razoabilidade e vantajosidade**, realizando levantamento de preços em múltiplas fontes oficiais e reconhecidas no âmbito das contratações públicas, a saber:

- a) Painel de Preços do Governo Federal;
- b) Licitanet;
- c) Portal de Compras Públicas;
- d) BLL – Bolsa de Licitações e Leilões;
- e) Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- f) Portal da Transparência – CGU (Notas Fiscais Eletrônicas – NFE);
- g) Bolsa Nacional de Compras;
- h) Compras.gov (Portal de Compras do Governo Federal).

A utilização dessas plataformas visa assegurar a coleta de dados provenientes de contratações públicas recentes, possibilitando a aferição de preços efetivamente praticados pela Administração Pública em objetos similares, em conformidade com o art. 23, §1º, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021. Por fim, conclui-se que a metodologia adotada assegura que o valor estimado da contratação reflita, com precisão, a realidade do mercado, constituindo elemento essencial para a realização de compra direta por dispensa de licitação, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

22 – PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

22.1 - A presente contratação refere-se à aquisição de materiais penso e insumos hospitalares, itens essenciais à continuidade dos serviços públicos de saúde e compatíveis com as necessidades ordinárias da Administração.

Esclarece-se que a necessidade de aquisição desses materiais, enquanto gênero de despesa e demanda administrativa recorrente, encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária de Vale do Anari conforme Id PCA PNCP: 84722917000190-0-000005/2025, Publicado em 13/08/2025, PCA-PNPC do Município sendo o ID do Item do PCA n.º 45, Classe 3099, Grupo – Outros Materiais de Consumo. Contudo, a presente contratação específica, a ser realizada por meio de dispensa eletrônica de licitação, não foi inicialmente prevista no Plano de Contratações Anual — PCA **sob essa modalidade de atendimento**.

A adoção da contratação direta decorre de situação superveniente verificada no curso da execução administrativa, caracterizada pela alteração excepcional do consumo inicialmente projetado, em razão de fatores como aumento súbito e atípico da demanda por atendimentos de urgência e emergência, elevação inesperada do consumo de insumos hospitalares essenciais, risco iminente de desabastecimento de itens críticos à continuidade dos serviços de saúde e necessidade de recomposição imediata de estoque regulador, em níveis mínimos de segurança assistencial.

Dessa forma, a ausência de previsão específica da presente dispensa eletrônica no PCA não representa falta de planejamento quanto ao objeto, mas sim a necessidade de adoção de medida excepcional para atendimento imediato de demanda superveniente, com vistas à preservação da continuidade dos serviços públicos de saúde e à segurança dos usuários do sistema.

A contratação direta pretendida restringe-se aos quantitativos necessários ao atendimento da situação concreta identificada, observados os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, motivação, interesse público, economicidade e continuidade do serviço público, bem como as disposições pertinentes da Lei nº 14.133/2021.

23 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02 – PODER EXECUTIVO

02.05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

02.005.10.301.0012.2.017 – MANUTENÇÃO ATENÇÃO PRIMÁRIA – SUS/ESTADO/ASPS 15%

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo

Ficha: 13 – **Fonte:** 15000200 – Recurso Próprio

Desdobro: 36 – Material Hospitalar

Itens para reserva orçamentaria: 01 ao 12

R\$ 24.501,66

02.005.10.301.0012.2.207 – PROPOSTA FNS CUSTEIO APS (PAP) Nº 36000655697202500

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo

Ficha: 74 – **Fonte:** 26000010 – Custeio PAP

Desdobro: 36 – Material Hospitalar

Itens para reserva orçamentaria: 13 ao 58
R\$ 40.854,60

23 – DA ESTIMATIVA DE CUSTO

23.1 – A referida aquisição estima-se aproximadamente em **R\$ 65.356,26** (Sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos).

Vale do Anari/RO, 27 de Abril de 2026.

Cristhian de Araújo Gomes
Secretário Mun. de Saúde e Vig. Sanitária
Portaria nº 3437/GP/2026

APROVO o presente Projeto abarcado
neste Termo de Referência
em: ____/____/____

Cleone Lima Ribeiro
Prefeito

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TEL.: _____ E-MAIL: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

ITEM	QTDE.	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
VALOR TOTAL; R\$					

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local e Data.

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

PROC N.º 361/SEMUSA/2026

DISPENSA ELETRONICA N.º 10/PMVA/2026

TERMO DE CONTRATO DE Nº ____ /_____, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede e administração na Av: Capitão Silvio de Farias, nº283, bairro Centro, nesta cidade e Comarca de Machadinho, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Cleone Ribeiro Lima, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Machadinho do O'este, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, o(a)

..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º, expedida pela (o), e CPF n.º, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a para atender as necessidades da Secretaria Municipal XXXXXXXXXXXXX, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERÍODO DE ____ (____) MESES, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT.	MARCA	V. UNT	V. TOTAL
Valor total							

1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até ____ (____) meses, prorrogável por até ____ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim

como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal nº/2025. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

Ex: $EM = I \times N \times VP$, onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{1}{365} \times \frac{6}{100} = \frac{6}{36500}$

$I = 0,00016438$ Onde

I = taxa percentual anual no valor de 6%

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021. 5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizada em xx/xx/20xx.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº/2023;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município;
- b)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- c)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

- 8.1.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 8.1.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.1.11.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.1.12.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 8.1.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.1.14.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.1.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 8.1.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 8.1.18.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 8.1.19.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.20.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.21.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 9.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1.** Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157) **11.2.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: **12.2.1.1.** Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento:

AÇÃO PROGRAMÁTICA		
CLASSIF. FUNCIONAL		
NATUREZA DA DESPESA		

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Vale do Anari para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Vale do Anari/RO, _____ de _____ de 2026.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Ente legal do CONTRATADO